

EDUCAÇÃO SEXUAL COMO FERRAMENTA PARA DESTRUTURAÇÃO DA CULTURA DO ESTUPRO

Juliana da Silva Estevão de Carvalho ¹

Giordana Karoline da Silva Estevão ²

Orientador do Trabalho Glebson Wesley Bezerra da Silva³

INTRODUÇÃO

A cultura do estupro é um fenômeno social que se manifesta por meio da naturalização, minimização e até justificção da violência sexual, sustentada por crenças patriarcais e pela desigualdade de gênero. Essa estrutura simbólica e comportamental está presente em discursos, práticas institucionais e representações midiáticas que, frequentemente, culpabilizam as vítimas e protegem os agressores. Diante desse cenário, a educação sexual surge como uma ferramenta essencial de transformação social, pois contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e respeitosos quanto à autonomia e aos limites do outro. Mais do que uma abordagem biológica ou reprodutiva, a educação sexual compreende dimensões éticas, emocionais, sociais e políticas, favorecendo o desenvolvimento de valores como empatia, igualdade e responsabilidade afetiva.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o papel da educação sexual como instrumento de desconstrução da cultura do estupro, investigando como práticas educativas baseadas em gênero, consentimento e respeito podem contribuir para a prevenção da violência sexual.

Como objetivos específicos, busca-se: (1) compreender os elementos socioculturais que sustentam a cultura do estupro; (2) examinar como a educação sexual crítica e inclusiva atua na promoção da igualdade de gênero; e (3) discutir os impactos de políticas educacionais voltadas à prevenção da violência sexual.

¹ Graduando do Curso de Direito da Universidade Estácio do Recife - PE , educacaoesencial7@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal - PB, educacaoestevao@gmail.com

³ Professor orientador: Doutorando em Direito - Universidade Católica de Pernambuco, glebson.silva@estacio.br

A justificativa para este trabalho fundamenta-se na necessidade urgente de repensar as práticas pedagógicas e as políticas públicas no campo da educação sexual, considerando que o desconhecimento sobre consentimento e limites corporais contribui diretamente para a perpetuação de abusos e desigualdades.

De acordo com Louro (1997), a escola é um espaço privilegiado para a construção de identidades e para o questionamento de normas sociais. Assim, a abordagem da sexualidade não deve se restringir à dimensão biológica, mas incluir reflexões sobre poder, gênero e ética. Foucault (1988) destaca que a sexualidade é um campo de controle social, sendo necessário desnaturalizar os discursos que a regulam.

A UNESCO (2018) e a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2010) apontam que programas de educação sexual baseados em evidências promovem mudanças significativas na percepção de jovens sobre respeito, empatia e consentimento. Esses programas contribuem para a redução da violência de gênero e da culpabilização das vítimas, além de melhorar a saúde mental e sexual de adolescentes e adultos.

METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, fundamentada em revisão de literatura sobre o tema da educação sexual e sua relação com a cultura do estupro. Foram selecionadas obras teóricas e relatórios institucionais publicados entre 1997 e 2023, com base em autores como Foucault, Louro, Butler, bem como documentos da UNESCO, OMS e MEC.

A análise foi orientada pelo método da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo a categorização dos principais eixos temáticos: (1) cultura do estupro e patriarcado; (2) educação sexual crítica e emancipatória; (3) políticas públicas e práticas pedagógicas.

A seleção das fontes considerou relevância científica, atualidade e coerência com o objetivo do estudo. Foram excluídos textos sem embasamento teórico ou que tratassem a educação sexual de forma meramente biológica e moralista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica revelou que países que implementaram programas de educação sexual abrangente, como Suécia, Portugal e Canadá, registraram redução significativa em casos de violência sexual entre adolescentes e melhora na compreensão sobre consentimento e igualdade de gênero (UNESCO, 2018; WHO, 2010). No contexto brasileiro, apesar da existência de diretrizes curriculares que incluem temas relacionados à sexualidade e gênero, ainda há resistência cultural e política em sua efetiva implementação. Essa resistência, frequentemente apoiada em discursos religiosos e moralistas, mantém o tabu em torno da educação sexual e impede que ela cumpra seu papel transformador. As pesquisas também demonstram que jovens expostos a programas de educação sexual crítica desenvolvem maior autonomia corporal, aprendem a reconhecer situações de abuso e demonstram maior propensão a denunciar casos de violência (PACHECO et al., 2017).

Além disso, professores capacitados relatam melhora na convivência escolar e redução de comportamentos discriminatórios.

A discussão aponta, portanto, que a educação sexual é mais do que uma estratégia pedagógica: é uma ferramenta de justiça social que rompe com estruturas simbólicas da opressão de gênero. Ao incluir a temática de forma contínua, interdisciplinar e crítica, a escola torna-se um espaço de prevenção e reconstrução de valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a educação sexual é fundamental para a desconstrução da cultura do estupro, pois atua diretamente na formação ética, emocional e social de indivíduos conscientes. Programas educacionais que abordam gênero, consentimento e respeito reduzem comportamentos violentos, promovem equidade e incentivam a denúncia de abusos.

No Brasil, a consolidação de políticas públicas que garantam a presença sistemática da educação sexual nas escolas é indispensável para combater a violência sexual e as desigualdades de gênero. Investir na formação docente e no diálogo com famílias e comunidades é essencial para o sucesso dessas ações. A transformação

cultural necessária para desmistificar a cultura do estupro não se dará apenas por meio de leis punitivas, mas pela educação que humaniza, conscientiza e liberta.

Palavras-chave: Educação sexual, cultura do estupro, consentimento, violência de gênero, prevenção.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, 2017.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PACHECO, A. C. et al. Educação sexual e prevenção da violência sexual: desafios no contexto escolar brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 71, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

UNESCO. *International Technical Guidance on Sexuality Education*. Paris: UNESCO, 2018.

WHO (World Health Organization). *Standards for Sexuality Education in Europe*. Cologne: BZgA/WHO Regional Office for Europe, 2010.

